

Educação Escolar Quilombola e trabalho docente no quilombo do Tambor/Novo Airão¹

LAURA BELÉM PEREIRA²

HELLEN CRISTINA PICANÇO SIMAS³

Universidade Federal do Amazonas

Resumo

Pensar a Educação Escolar Quilombola pressupõe pensar sobre como se desenvolve o trabalho docente nesse contexto, uma vez que a atividade do professor se constitui em um elemento imprescindível na conscientização ética, política e cultural de qualquer povo, e mais especificamente dos quilombolas, na luta dos processos de afirmação de uma Educação Escolar Quilombola e resistência ao modelo educacional hegemônico predominante e excludente, sobre o qual a escola quilombola ainda está fundamentada. Nesse sentido, este artigo objetiva refletir sobre a Educação Escolar Quilombola e o trabalho docente no Quilombo do Tambor/Novo Airão/Amazonas, a partir de uma pesquisa de abordagem qualitativa que contou com apoio de documentos oficiais, por dados levantados junto à Secretaria Municipal de Educação-SEMED do município de Novo Airão e por 3 entrevistas semiestruturadas realizadas com 3 professores da comunidade pesquisada. Os resultados apontam que a educação nesse contexto, caracteriza-se como um desafio que requer uma maior atenção das políticas educacionais, sobretudo, no que se refere as condições de funcionamento da escola, bem como condições de trabalho e formação de seus professores.

Palavras-chave: Educação escolar quilombola; trabalho docente; quilombo do tambor.

¹ *Quilombola School Education and teaching work in the quilombo Tambor/Novo Airão // Escuela Quilombola Trabajo educativo y docente en el quilombo Tambor / Novo Airão*

² Laura Belém Pereira, nasceu no município de Barcelos/AM. É formada em Letras - Língua Portuguesa e Respectiva Literatura pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci- UNIASSELVI (2010), possui especialização em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (2018), é mestra em Educação Pela Universidade Federal do Amazonas/UFAM (2021). Foi bolsista FAPEAM no período de março de 2020 a julho de 2021, é Professora da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino, é membro do Núcleo de Estudos de Linguagem da Amazônia- NEL-AMAZÔNIA/CNPq. Atualmente, atua como professora da rede estadual de ensino na E.E.T.I. Danilo de Mattos Areosa no município de Novo Airão/AM. E-mail: laura_belém@outlook.com

³ Professora Associada da Universidade Federal do Amazonas e professora visitante na Universidade de Santiago de Compostela em 2022. Possui doutorado em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (2013); mestrado em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (2009); graduação em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (2006). Pós-doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (2018). Pós-doutorado em Letras: Ensino de Língua e Literatura pela Universidade do Norte de Tocantins (2022). Líder do Núcleo de Estudos de Linguagens da Amazônia (Nel-Amazônia/CNPq). Membro do programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas e bolsista CNPq pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Membro da comissão de Línguas Ameaçadas da Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN. Foi membro titular da Câmara de Assessoramento Científico FAPEAM (2015-2016). Atualmente desenvolve pesquisa relacionada à Políticas Linguísticas e Processos Educativos Amazônicos. E-mail: hellenpicanco@ufam.edu.br

Abstract

Thinking about Quilombola School Education presupposes thinking about how the teaching work is developed in this context, since the teacher's activity constitutes an essential element in the ethical, political and cultural awareness of any people, and more specifically of quilombolas, in the struggle of affirmation processes of a Quilombola School Education and resistance to the predominant and excluding hegemonic educational model, on which the quilombola school is still based. In this sense, this article aims to reflect on Quilombo School Education and the teaching work in Quilombo do Tambor/Novo Airão/Amazonas, based on a qualitative approach research supported by official documents, based on data collected from the Municipal Secretariat of Education-SEMED in the municipality of Novo Airão and through 3 semi-structured interviews carried out with 3 teachers from the researched community. The results indicate that education in this context is characterized as a challenge that requires greater attention from educational policies, especially with regard to the conditions of operation of the school, as well as working conditions and training of its teachers.

Keywords: Quilombola school education; teaching work; drum quilombo.

Resumen

Pensar en la Educación Escolar Quilombola presupone pensar en cómo se desarrolla la labor docente en este contexto, ya que la actividad del docente constituye un elemento esencial en la conciencia ética, política y cultural de cualquier pueblo, y más específicamente de los quilombolas, en la lucha de los procesos de afirmación. de una Educación Escolar Quilombola y resistencia al modelo educativo hegemónico predominante y excluyente, en el que aún se asienta la escuela quilombola. En este sentido, este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la Educación Escolar Quilombo y la labor docente en Quilombo do Tambor / Novo Airão / Amazonas, a partir de una investigación de enfoque cualitativo sustentada en documentos oficiales, a partir de datos recolectados de la Secretaría Municipal de Educación-SEMED. en el municipio de Novo Airão ya través de 3 entrevistas semiestructuradas realizadas con 3 docentes de la comunidad investigada. Los resultados muestran que la educación en este contexto se caracteriza por ser un desafío que requiere una mayor atención por parte de las políticas educativas, especialmente en lo que respecta a las condiciones de funcionamiento de la escuela, así como a las condiciones de trabajo y formación de sus docentes.

Palabras-clave: Educación escolar quilombola; trabajo docente; tambor quilombo.

INTRODUÇÃO

A história da educação do negro no Brasil é marcada por um processo de luta dos movimentos sociais e da população negra por direito a políticas públicas afirmativas que valorizem a diversidade sociocultural e a territorialidade africana, contrapondo-se as políticas paliativas e compensatórias destinadas, por muito tempo, a esses grupos étnicos raciais.

Atualmente, no Brasil há a necessidade de políticas públicas específicas para a população seja negra ou indígena, na tentativa de superar o abismo de exclusão social e educacional desses povos, visando à construção de um projeto de educação que os

coloque na condição de sujeitos de direito. Discussões sobre essas questões ganharam força, sobretudo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, instituída pela Resolução CNE/CEB nº 8 de 20 de novembro de 2012. Segundo esse documento norteador a Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de ensino da Educação Básica. E também se constitui em uma política pública afirmativa de valorização da cultura afro-brasileira, africana e quilombola historicamente marginalizadas nos antigos currículos escolares.

Nessa conjuntura, a efetivação dos direitos dos povos quilombolas não dependem da existência da legislação para Educação Escolar Quilombola, mas é preciso reconhecer que as ações públicas de fortalecimento da história, memória, da cultura, do patrimônio material e imaterial desses grupos sociais passam pelo chão da escola e pelos territórios quilombolas, onde emergem elementos culturais que constroem e reconstrói a identidade e os saberes tradicionais desses povos. Nesse sentido, a educação quilombola, a escola e seus sujeitos enfrentam, num movimento de resistência, muitos desafios educacionais ligados ao campo do currículo como também ao campo do trabalho docente. Partindo desse pressuposto, este artigo objetiva refletir sobre a educação escolar quilombola e o trabalho docente no quilombo do Tambor do município amazonense de Novo Airão.

O *corpus* de estudos foi composto pelos documentos Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, pelo Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Municipal de Educação e por 3 entrevistas semiestruturadas com 3 professores da comunidade pesquisada e por dados levantados junto à Secretaria Municipal de Educação-SEMED do município de Novo Airão. Quanto aos procedimentos éticos empregados no estudo, considerando que a pesquisa envolveu seres humanos, seguimos os critérios de riscos e benefícios previstos na legislação vigente e amplamente consubstanciada na Resolução CNS nº 466 de 1012, presentes na pesquisa intitulada “Educação e Saberes Quilombolas na Escola da Comunidade Jaú Tambor Novo/Airão-M”, aprovada na Plataforma Brasil, nº 3. 925.790.

Trata-se de um estudo vinculado a uma pesquisa de mestrado em andamento do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, com apoio financeira da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal em Nível Superior – CAPES e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM.

Neste trabalho, o eixo central da discussão combina quatro partes principais que se integram: 1º) aborda a Educação Escolar Quilombola como uma reflexão necessária apresentada na primeira parte do artigo; 2º) caracteriza o Quilombo do Tambor como *lôcus* de estudo; 3º) aborda a Educação Escolar Quilombola em águas do Rio Jaú; e 4º) trata do trabalho docente na Escola Municipal Jaú Tambor, sobre o qual discutimos e apontamos resultados encontrados na pesquisa. Este estudo é fundamentado nos escritos de Miranda (2012), Dias (2015), Carril (2017), Arruti (2017), Arroyo (2012), Ferreira (2012) sobre a Educação Escolar Quilombola em interface com o que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola na Educação Básica/Brasil (2012).

Esperamos com este trabalho contribuir no debate sobre Educação Escolar Quilombola no contexto da Educação Básica no contexto amazônico, defendendo a importância de implementações de ações públicas para a construção de uma educação escolar que a partir de suas práxis pedagógicas respeitem a diversidade e as especificidades que constroem a identidade de cada comunidade quilombolas, sobretudo no contexto amazônico.

Educação Escolar Quilombola: uma reflexão necessária

Trataremos agora da discussão sobre a Educação Escolar Quilombola, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola na Educação Básica/Brasil (2012) e dos estudos de Miranda (2012), Dias (2015), Carril (2017), Arruti (2017), Arroyo (2012), Ferreira (2012) para refletirmos sobre essa modalidade de ensino específico.

Historicamente os povos remanescentes quilombolas vêm lutando pelos seus direitos à terra dentro de um projeto amplo de organização social, que os coloque na posição de sujeitos históricos, políticos, sociais e protagonistas de sua própria história, na tentativa de romper com a lógica social hegemônica em um país que, embora híbrido em sua diversidade cultural, multirracial e pluriétnico, ainda é socialmente desigual.

Nessa perspectiva, a afirmação dos sujeitos quilombolas tem se dado em virtude de suas próprias demandas sociais e territoriais, diferenciando-se dos marcos governamentais e das estratégias de planejamento, que, muitas vezes, desconsideram as singularidades nas políticas públicas e que organizados socialmente acionam os poderes públicos para o reconhecimento de seus modos de vida e das necessidades para a reprodução dos grupos que constroem, assim, uma narrativa de si, de sua história, da coletividade e da relação com os territórios de vida (CARRIL, 2017).

Nesse contexto, surgem os debates sobre a Educação Escolar Quilombola como um instrumento de igualdade e equidade racial, fruto das demandas sociais das comunidades quilombolas, resultado dos embates dos representantes de movimentos sociais negros no Brasil, pesquisadores e educadores junto ao Estado, que tem resultado em políticas públicas e diretrizes legais que regulamentam a educação escolar quilombola como uma política afirmativa em construção para reparar a invisibilidade histórica e eliminar as desigualdades historicamente acumuladas desse grupo étnico, excluído, por muito tempo, das pautas das políticas educacionais no âmbito nacional.

A Educação Escolar Quilombola é uma política em construção, trata-se de uma modalidade formativa de ensino, cuja concepção multicultural sustenta-se a partir de uma compreensão de mundo que vai além do espaço escolar, ancorada num movimento de afirmação e de valorização de saberes históricos e culturais; do patrimônio material e imaterial dos povos quilombolas. Nesse sentido, a Educação Escolar Quilombola é uma temática nova dentro do cenário nacional da política pública educacional. Avanço garantido com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, alterada pela Lei 10.639/2003, que dá legitimidade no espaço escolar ao ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana na educação básica. Porém, segundo Arruti (2017), uma referência explícita às comunidades quilombolas só viria a constar em 2004 no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

De acordo com Arruti (2017), somente em 2010, depois de um ano de conferências municipais e estaduais, representantes das secretarias do Ministério da Educação, da Câmara, do Senado, do Conselho Nacional de Educação, das entidades, dos dirigentes estaduais, municipais e federais da educação e de uma grande variedade de entidades que atuam direta ou indiretamente na área da educação produziram o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, no âmbito da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010).

Nele, estava previsto o direito à preservação das manifestações culturais dessas comunidades, da sustentabilidade de seu território tradicional, da observação de uma alimentação e de uma infraestrutura escolar que respeitem sua cultura e sua relação com o meio ambiente, assim como a formação diferenciada dos professores destas escolas, a criação de um programa de licenciatura quilombola, a elaboração de materiais didático-pedagógicos específicos e, no campo da gestão, a adoção de mecanismos que garantam a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação (CONAE, 2010).

Então foi, no âmbito da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), que a Educação Escolar Quilombola passou a ser definida como uma nova modalidade de educação. No parágrafo único da Resolução CNE/CEB 04/CONAE que trata da estruturação e do funcionamento das escolas quilombolas, ficou estabelecido que:

Art. 41. A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. (RESOLUÇÃO CNE/CEB 04/CONAE, 2010, p. 13).

Outro importante dispositivo normativo foi à aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, instituída por meio da Resolução CNE/CEB nº 8 de 20 de novembro de 2012, que contou com a participação dos movimentos sociais quilombolas. Essa resolução definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola, que estabelece em síntese do seu Art. 1º que a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica a compreende em suas etapas e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância; destinando-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica (BRASIL, 2012), tendo entre seus objetivos:

III - assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico;

IV - assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos desses territórios considerem o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças, conforme o disposto na Convenção 169 da OIT;

VI - zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais. (BRASIL, 2012, p. 4).

Ela deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas, garantindo aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade; ao mesmo tempo em que deve ser implementada como política pública educacional e estabelecer interface com a política já existente para os povos do campo e

indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder a especificidade (BRASIL, 2012). Assim, fica evidente que a Educação Escolar Quilombola, nas diferentes etapas e modalidade de ensino, sustenta-se na concepção de valorização histórica, cultural, da produção de vida e saberes acumulados nas comunidades de matriz afro-brasileira na sua interface com a diversidade social dos povos do campo e indígenas brasileiros.

Dentre os princípios fundamentais da Educação Escolar Quilombola, destacam-se a superação do racismo; o respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional; proteção das manifestações da cultura afro-brasileira e da valorização da diversidade étnico-racial (BRASIL, 2012). Esses diversos instrumentos normativos reconhecem a importância de uma educação diferenciada, que valorize os conhecimentos locais e ancestrais, fortalecendo não só a identidade dos diferentes grupos sociais, mas, sobretudo, a organização sociopolítica e o desenvolvimento do território (SILVA, 2012). Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola na Educação Básica represente um avanço significativo na história da educação brasileira, devido à implantação dessa modalidade de educação se inserir no conjunto mais amplo de desestabilização de estigmas que definiram, ao longo de nossa história, a inserção subalterna da população negra na sociedade e, consequentemente, no sistema escolar, os desafios postos para a educação escolar destinada aos estudantes quilombolas são amplos e antagonísticos (MIRANDA, 2012; CARRI, 2017).

Os estudos de Miranda (2012) e o documento do IPEA “Educação escolar quilombola no censo da educação”, elaborado por Dias (2015), revelam que as condições de funcionamento das escolas quilombolas mostram precariedade no atendimento aos estudantes, como segue: a maioria dos estabelecimentos é de pequeno porte, com até duas salas de aula principalmente nas regiões Norte (64,7%) e Nordeste (60,3%). Quanto ao local, 88,3% das escolas quilombolas estão em prédio próprio, porém há algumas funcionando em templos ou igrejas; salas de outras escolas; ou na casa do professor. Algumas chegam, até mesmo, a funcionarem em local ou abrigo destinado à guarda ou ao depósito de materiais. Segundo o documento do IPEA, nessas escolas quilombolas, há ausência de acesso a qualquer modalidade de esgoto sanitário ou energia elétrica, o recurso mais disponível é o laboratório de informática e faltam quadras de esportes (DIAS, 2015).

O documento ainda apresenta que, dos estabelecimentos em áreas quilombolas, apenas 783 informaram utilizar materiais específicos (35% do total) e mostra o relatório da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) de 2013, indicando que cada uma das 1.912 escolas localizadas nas comunidades remanescentes de quilombos recebeu no exercício de 2009 materiais didáticos: *A cor da cultura* e, em 2010, o *Kit Quilombola*. Os dados coletados também indicam dados da formação docente, apontando insuficiência da formação dos professores nas áreas quilombolas, cujos dados mostram existir 13.196 funções docentes na educação básica em áreas quilombolas, indicando a concentração de 63,4% no Nordeste; em geral, pouco mais de 50% dos professores que atuam nessa modalidade, no país, têm vínculo efetivo. Dos professores, 48,3% apresentam o nível superior, mas há ainda uma quantidade considerável que leciona apenas com ensino fundamental, médio e até com o fundamental incompleto (DIAS, 2015).

Diante do exposto, fica evidente que os desafios que atualmente se coloca no que diz respeito à materialidade da Educação Escolar Quilombola em quanto política

afirmativa estão relacionados às condições de funcionamento e ao fechamento das escolas quilombolas, melhores condições de trabalho e formação docente, produção de materiais didáticos e pedagógicos, organização do trabalho pedagógico e curricular compatível com o que estabelecem as DCNs, para que os currículos dessas escolas contribuam para:

III - reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana.

IV - promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afro-brasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos territórios quilombolas;

V - garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importantes eixos norteadores do currículo (BRASIL, 2012, p.13).

Assim, uma proposta de educação quilombola necessita fazer parte da construção de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas. Isso significa que o próprio projeto político-pedagógico da instituição escolar ou das organizações educacionais deve considerar as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas, o que implica numa gestão democrática da escola que envolva a participação das comunidades escolares, sociais e quilombolas e suas lideranças. Por sua vez, a permanência deve ser garantida por meio da alimentação escolar e a inserção da realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior (BRASIL, 2012).

Dessa forma, uma das grandes preocupações no que se refere ao currículo das escolas quilombola tem sido a invisibilidade no espaço escolar e nos currículos trabalhados por seus professores de temas relacionados à cultura quilombola e afro-brasileira (CARRIL, 2017). Diante disso, compreendemos que o currículo da escola quilombola impõe a necessidade de abordar questões éticas, políticas e sociais ligadas à cultura, diversidade e identidade, que ajude na construção de uma territorialidade afrodescendente ancorada numa postura étnica sustentável de conscientização política e cultural, “apontando não apenas para um processo de resistência, mas também para uma “aposta de (re)construção” de um sentido “coletivo de pertencimento e de ser” (WALSH, 2012, p. 68).

As comunidades quilombolas ao lutarem por uma educação que valorize seus modos de vida estão resistindo ao modelo educacional hegemônico predominante que desconsidera as experiências e os saberes socialmente produzidos por povos tradicionais, estão se afirmando como sujeitos políticos e sociais dentro de um paradigma que os humaniza e que os coloca como elemento central de seus projetos de vida. Em consonância com esse pensamento, Arroyo (2012b) afirma que as comunidades quilombolas, ao se afirmarem sujeitos de saberes próprios, de outros processos de aprendizagem e experiências, de formação, de conscientização política e cultural, passam a resistir ao modelo educacional hegemônico predominante, sobre o qual a instituição escolar ainda está fundamentada. Isso ocorre justamente porque eles se afirmam por meio de suas diferenças. Diferenças estas que também precisam ser consideradas quando pensamos a própria formulação de políticas direcionadas a essa população.

Sobre isso, Carril (2017, p. 543-544) contribui ao dizer que:

Esses processos envolvem a discussão entre os que buscam atuar na escola, em movimentos sociais ou na universidade, para a construção de processos educacionais que visem à formação de sujeitos dentro de outros paradigmas. [...] Nesse sentido, há a necessidade de salvaguardar e reforçar a identidade cultural em ambientes escolares que, explicitamente ou não, podem vir a manifestar formas de preconceito e racismo e repensar processos educacionais que abarquem as comunidades quilombolas como elemento central de seus projetos.

Nessa direção, a Educação Escolar Quilombola precisa mobilizar a identidade quilombola a caminhar na desconstrução da inferioridade que foi ideologicamente atribuída pelo sistema colonial a todos e quaisquer elementos da negritude (FERREIRA, 2012).

Nesse sentido, a Educação Escolar Quilombola que se busca é aquela que seja realmente emancipatória, descolonial, transdisciplinar, ecológica, sustentável, ancorada na massificação das experiências da diversidade étnica e cultural dos quilombos, engendradora de suas ancestralidades, simbologias, saberes, tradições e as sobrevivências culturais desses grupos sociais, potencializando isso no plano educativo da escola. Assim, os desafios dos movimentos sociais negros e quilombolas, pesquisadores, das escolas quilombolas e de seus professores é buscar caminhos que articulem a Educação Escolar Quilombola as múltiplas dimensões sociais e humanas que emergem no território quilombolas. As leis, como vimos nesse capítulo, garantem essa modalidade de ensino, agora é torna-lo praticável.

O Quilombo do Tambor: conceituando quilombo e caracterizando *lôcus* de pesquisa

Para caracterizarmos o Quilombo do Tambor, precisamos primeiro definir o termo quilombo, pois acreditamos que o debate sobre essa questão, principalmente no espaço geográfico latino-americano, é necessário para compreender as contradições da colonialidade do poder, como dependência histórica-estrutural (SILVA; MENDONÇA, 2020).

Os quilombos, no Brasil, existem desde o século XVI, sua formação social originou-se a partir do processo de luta e de resistência sócio-política e cultural negra contrapondo-se o sistema escravocrata imposto pela colonização. As ocupações de espaços construídos por negros fugidos em meio às áreas de florestas isoladas e de difícil acesso tornaram-se lugares de resistência indenitária e cultural de seus saberes historicamente acumulados. Em consonância com esse pensamento Monteiro e Reis (2019, p. 3) explicitam que “os quilombos, em termos de memória e história de resistência e de luta pela liberdade e por seus territórios, em termos de tradição, e de afirmação da identidade negra fazem parte da sociedade brasileira há aproximadamente cinco séculos”. Entretanto, os autores (2019) apontam que o conceito de quilombo foi ressignificado ao longo da história.

Os estudos de Gomes (2015) destacam que esses espaços eram denominados mocambos no século XVI. O termo quilombo propriamente dito surgiu somente no final do século XVII, sendo que ao longo do século XVIII, ambos os termos eram adotados em documentos coloniais para caracterizar comunidades de fugitivos, porém foi somente, no século XIX, que houve registros de quilombos urbanos, nos subúrbios das cidades escravistas.

Atualmente o termo quilombo pode ser encontrados em documentos legais como o Decreto nº 4.887/2003 e as DCNEQ (2012). De acordo com o Art. 2º do Decreto nº 4.887/2003, são considerados quilombos no Brasil: “[...] grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência e opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003, linha 4). Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Quilombola na Educação Básica, em seu Art. 3º, entende-se por quilombos:

II - comunidades rurais e urbanas que:

a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições;

b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória.

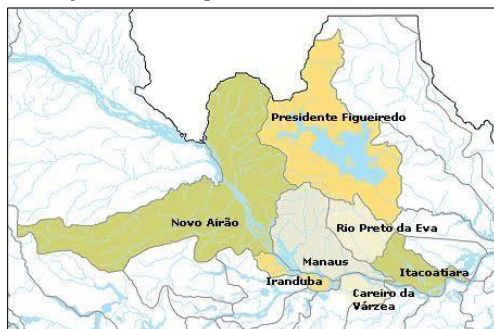
III - comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros. (BRASIL, 2012, p. 4).

As terras de quilombos distribuem-se em praticamente todo território brasileiro, com área (ha) territorial de 2.852.593,9910 (INCRA, 2020). E, segundo dados da Fundação Cultural Palmares (2020), existem hoje 3.444 comunidades remanescentes de quilombos, identificadas nos estados brasileiros, desse total, 2.790 são reconhecidas e tituladas, as outras 654 aguardam a certificação. Na região Norte, especificamente no Estado do Amazonas, existem 8 comunidades remanescentes quilombolas, quais se distribuem pelos municípios de Novo Airão, Itacoatiara, Barreirinha e Manaus. Passemos a conhecer o quilombo que a pesquisa selecionou para estudo.

O quilombo do Tambor

O quilombo do Tambor localiza-se no Município de Novo Airão, Estado do Amazonas. Novo Airão encontra-se inserido no Arquipélago de Anavilhanas, possuía uma estimativa populacional de 19.928 habitantes para 2020, respectivamente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A região possui como principal fonte de renda a agricultura, a piscicultura e turismo, com renda percapita de 7.076,84 R\$ PIB (IBGE, 2020).

Figura 1: Localização do Município de Novo Airão no Estado do Amazonas

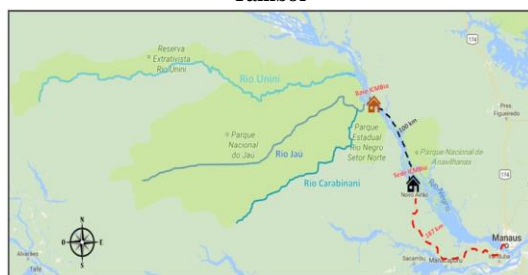


Fonte: Google Maps (2020).

O quilombo do Tambor situa-se à margem esquerda do Rio Jaú, afluente do rio Negro, em uma faixa de terra delimitada em 719,8 mil hectares, que fica dentro do Parque Nacional do Jaú, área de proteção integral, onde sobrevivem cerca de 7 famílias, reconhecidas pela portaria nº 11, de 6 de junho de 2006, como de remanescentes de quilombolas pela Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura.

O Parque Nacional do Jaú foi criado pelo Decreto nº 85.200 de 24 de setembro de 1980, visando à proteção da área de floresta da atividade humana. De acordo com o Art. 2º do referido decreto, “o Parque Nacional do Jaú tem por finalidade precípua a preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem, destinando-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos” (BRASIL, 1980, p.1).

Figura 2: Localização do Parque Nacional do Jaú, onde está situado o Quilombo do Tambor



Fonte: Google Maps (2020).

Há presença no rio Jaú das famílias negras, das quais descende parte dos moradores do Tambor, remota ao final da primeira da década do século XX (SIQUEIRA, 2017, p. 43). Segundo os estudos de Farias Júnior (2010, p.148), o povoado quilombola do Tambor.

[...] se constitui a partir dos descendentes de escravos vindos de Sergipe, por volta de 1907. Estes “pretos”, como eram chamados pelos proprietários e descendentes da empresa extrativista que controlava a região, ocuparam inicialmente a região do rio Paunini, que ficou posteriormente conhecido como “Rio dos Pretos”. Chegando na região passaram a trabalhar na extração da látex da seringueira, na coleta da castanha, além dos trabalhos na agricultura. Contudo, mantinham autonomia frente à empresa extrativista.

O nome da comunidade se atribui ao imaginário cultural desse povo, segundo consta no 15 fascículo - Quilombolas do Tambor, Parque Nacional do Jaú Novo Airão, Amazonas do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos (2007):

[...] bem a história do tambor era porque antigamente existia... faziam uma festa lá, então esse povo foram morrendo e se acabou. Então quando passava assim... nesse local não tinha ninguém nesse Tambor, quando passava assim uma pessoa naqueles horários que faziam a dita festa, que era a festa de São Benedito ele escutavam o tambor, roncar pra debaixo d'água o ronco do tambor, aí passava, ‘ – aí olha tão batendo o tambor. Aí pronto botaram o nome do lugar de Tambor. (15 Fascículo - Quilombolas do Tambor, Parque Nacional do Jaú Novo Airão, Amazonas do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos (2007, p. 4).

Mesmo que o direito à terra seja legalmente garantido pela Constituição Federal de 1988, que, no seu Art. 68, dispõe: “aos remanescentes das comunidades de quilombos

que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos” (BRASIL, 1988, p.160), essa contradição é percebida na realidade do Tambor. Diante do exposto, concordamos com Silva e Almeida (2020, p. 106) ao afirmarem que “a luta pela terra e a construção da identidade nesses territórios levam em conta a disputa territorial e política entre grupos conservadores, movimentos sociais e o Estado, no sentido de criar novos espaços de enfrentamento”.

O Tambor possui a Associação de Moradores Remanescentes de Quilombo da Comunidade do Tambor, ligada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão-AM e busca a titulação definitiva de suas terras, no que se refere à questão do reconhecimento do limite da área, isso porque a comunidade supracitada encontra-se em processo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

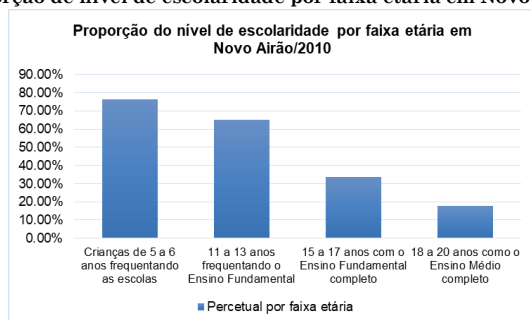
Na medida em que as populações se organizam em associações movidas pelo sentido próprio do cotidiano, constrói-se um emaranhado de articulações políticas, de construções coletivas, confirmando práticas rotineiras no uso da terra (ALMEIDA, 2004; CARRIL, 2017). O Tambor, assim, somada à luta pela propriedade definitiva da terra, dá seus primeiros passos rumo à constituição da associação, na luta por uma “identidade quilombola” na Amazônia e na busca por direitos específicos que remetam a uma cultura, história e modos de vida de grupo social nem sempre respeitados. E é nesse movimento que “a luta pelo território étnico é uma das estratégias utilizadas por estes grupos e que garante a existência desses como quilombola” (SILVA; ALMEIDA, 2020, p.106).

Educação Escolar Quilombola em águas do Rio Jaú

O objetivo desta seção é contextualizar a Educação Escolar Quilombola na comunidade investigada. Dessa forma, abordaremos, os aspectos que nos permitiram compreender a educação em Novo Airão e, posteriormente, educação na comunidade do Tambor.

Em Airão, existem 04 escolas localizadas na zona urbana e 01 escola na zona rodoviária, mais 16 escolas e 08 anexos distribuídas em áreas rurais, terras indígenas e quilombolas. De acordo com o diagnóstico geo-econômico-cultural, contido no Plano Municipal de Educação de Novo Airão lei nº 347 de 15 de julho de 2015, no município a proporção de pessoas com escolaridade com base no último censo realizado em 2010, pode ser visualizada no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Proporção de nível de escolaridade por faixa etária em Novo Airão/Censo 2010



Fonte: PME de Novo Airão (2015).

Informações contidas no PME de Novo Airão (2015) evidenciam que, até em 2010, 1.401 crianças em idade escolar de 0 a 3 anos estavam fora da escola por não existir oferta de vagas para essa faixa etária. Situação que divergiu da meta 1 do PME, que consistiu em universalizar, até o 2018, a Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de vagas em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças até os 3 anos.

Os dados atuais de matrículas de crianças em idade escolar de 0 a 3 anos, segundo dados consultados na Secretaria Municipal de Educação do município de Novo Airão, apontam um aumento no número de matrículas:

Tabela 1: Número de matrículas na rede municipal de Novo Airão

Número de matrículas na rede municipal de Novo Airão			
Etapa/Modalidade	2018	2019	2020
Educação Infantil	531	558	
Ensino Fundamental	2.112	2.169	
Ensino Médio	887	827	798
Educação de Jovens e Adultos	362	315	
Total			

Fonte: SEMED/Novo Airão, 2020.

A Semed do município de Novo Airão ainda não tem dados completos sobre o número de matrículas referente ao ano de 2020, devido à pandemia ocasionada pelo Covid-19. O MEC solicitou que fossem repetidos os mesmos dados do ano de 2019, até ser feito o encerramento do EducaCenso 2020. Por isso, a ausência de dados na tabela no ano de 2020.

No que concerne à comunidade quilombola do Tambor, esta possui uma luta histórica pelo direito à terra, melhoria nas condições de saúde, saneamento básico, por condições dignas de vida e por uma educação que se processe na espacialidade do seu território.

O Tambor possui uma pequena escola dentro do núcleo comunitário. Segundo a resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012, em seu Art. 9, parágrafo único, “entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola” (BRASIL, 2012, p. 7). A escola do Jaú Tambor funciona desde o ano de 1998 e obedece ao sistema multisseriado pluridocente de educação, ou seja, salas de aulas em que um mesmo docente atende estudantes de diferentes idades em diferentes níveis de ensino em uma mesma turma, muito frequente no contexto campesino. Na maioria dos casos, estas escolas estão localizadas nas comunidades rurais, distantes da sede dos municípios. Geralmente apresentam quantitativo de educandos que não atinge o contingente estabelecido pelas secretarias municipais de educação para compor uma turma por série, funcionando precariamente em locais improvisados (SANTOS; SILVA, 2016).

A escola quilombola em estudo atende alunos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental até o 9º ano, Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo a única dentro do Parnajáu, a oferecer o Ensino Médio Mediado por Tecnologia da Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino-SEDUC, totalizando 19 alunos matriculados em 2020 nesta modalidade.

A escola possui 06 funcionários, sendo 04 professores e 02 merendeiras. Dos 4 professores que atuam na escola do Tambor, 3 estão participando do estudo, a seguir apresentaremos uma tabela com os perfis desses profissionais.

Tabela 2: Perfis dos professores entrevistados

Atribuição	Gênero	Idade	Formação	Tempo de atuação na escola do Tambor
P1	Feminino	32	Ensino médio	2 anos
P2	Masculino	26	Ensino médio	3 anos
P3	Masculino	45	Especialização	12 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A escola quilombola do Tambor possui 2 salas de aula, 1 cozinha, não possui biblioteca, nem apoio técnico-pedagógico aos estudantes e ao gestor em atuação, o que reflete a educação escolar brasileira e suas contradições. Tal situação indica uma contradição no que determina o Art. 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Art. 2º Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e aos sistemas de ensino garantir: I) apoio técnico-pedagógico aos estudantes, professores e gestores em atuação nas escolas quilombolas; II) recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam às especificidades das comunidades quilombolas; c) a construção de propostas de Educação Escolar Quilombola contextualizadas (BRASIL, 2012, p.3).

Apesar de ser garantido em lei o apoio técnico-pedagógico aos estudantes, professores e gestores em atuação nas escolas quilombolas, grande parte das escolas do campo na sua diversidade no contexto amazônico, ainda apresentam limitações nas condições de funcionamento, o que compromete a qualidade do ensino (SILVA, 2017).

Dessa forma, percebemos que a educação no quilombo do Tambor ainda é um desafio, e apresenta limitações quanto as condições de estrutura e funcionamento da escola. A seguir, a seção subsequente apresentar as condições de trabalho e a formação docente dos professores em estudo, bem como suas representações sociais sobre a escola investigada.

O trabalho docente na Escola Municipal Jaú Tambor

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Parecer CNE/CEB 16/2012) vem contribuir para que haja a efetiva implantação de uma educação escolar que valorize sua diversidade cultural, que seja desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnicocultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a Base Nacional Comum Curricular e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira.

Entretanto, no Quilombo do Tambor, as contradições são percebidas nas próprias condições em que se processa o trabalho docente e a educação escolar quilombola na comunidade. A escola ainda apresenta limitações em sua estrutura física, pedagógica e em recursos humanos.

A falta de melhor estrutura didática pedagógica e um currículo diferenciado na escola quilombola do Tambor também é evidenciada pelos docentes como dificuldade que nos ajuda a entender como se processa a educação escolar quilombola da comunidade. Aliado a essas questões ainda tem as famílias que levam seus filhos em dias de aulas para ajudar em atividades como a pesca e a agricultura familiar, conforme relata o entrevistado P2:

[...] eles têm a vontade de aprender, mas tem também aquela questão de que tem pescar, tem que fazer aquilo, e aí, às vezes, o pai ou a mãe puxa eles pra lá né, aí tem essa resistência, tanto pra lá como pra cá.[...] O material que tem ele é pouco, não assim,

assim que dê pra trabalhar bastante, vamo dizer assim, de dois ou três livros. Não tem material suficiente pra trabalhar com os quilombolas (P2 em entrevista 2020).

Nesse sentido, acreditamos ser necessário que a secretaria municipal de educação de Novo Airão proponha uma de educação condizente a sua realidade dos povos quilombolas que respeita a diversidade e os modos de vida dos sujeitos. Entretanto, acreditamos que essa proposta pedagógica para a escola da comunidade quilombola precisa valorizar a diversidade nas suas múltiplas relações estabelecidas com a família, com o trabalho, com a cultura, e também com o próprio meio ambiente do território.

E que seja ancorada nas necessidades dos quilombolas, resgatando e valorizando suas identidades, suas culturas e também a forma de se relacionar com a natureza e que, de fato, ajude a construir uma escola que seja voltada aos interesses das crianças, jovens e adultos do quilombo, defendendo sua produção de existência, sua visão de ver e se relacionar com o mundo. Deve relacionar os saberes locais e globais, científicos e culturais. Nessa perspectiva, Monteiro e Reis (2019, p. 2) dizem que à educação voltada aos quilombos precisa:

[...] oferecer aos educandos maiores estímulos para construção de seus conhecimentos, levando em conta as especificidades do grupo, sem desconsiderar a necessidade de conhecimentos universais, assim como em relação a outros contextos com os quais esses estudantes poderão se relacionar.

A distância das comunidades amazônicas também se apresentam como um desafio para a educação e o trabalho docente na região. A escola municipal Jaú Tambor, localizadas dentro do Rio Jaú, é distante da sede do município de Novo Airão e tem sido apontada pelos docentes como um desafio enfrentado, devido às grandes distâncias e à falta de transporte para os professores. As condições de moradias dos professores no alojamento da comunidade também não se apresentam satisfatório conforme aponta a fala dos professores P1 e P2:

[...] a questão da distância, do ambiente, que a gente vai, assim, pros quilombolas, a gente num vai assim, assim com alojamento, tem uma certa dificuldade com o deslocamento da cidade até chegar lá na comunidade...porque, só da viagem da cidade pra comunidade, são de três a quatro dia [...] isso, num barco potente e o alojamento no momento tá em condições precárias, não tem condições de alojar todos os professores lá (P2 em entrevista 2020).

As dificuldades são imensas lá, porque lá não tem alojamento de professor e, principalmente, quando chega o verão, a gente, a gente quando chega o verão, é um tanto quanto complicado, é difícil porque fica tudo seco e a gente tem que passar por cima, pelas cachoeiras que tem, pelos pedrais, entendeu? Pra chegar nessa comunidade, pra trabalhar (P3 em entrevista 2020).

Os relatos dos entrevistados revelam os desafios de educar no contexto amazônico, isso porque no Estado do Amazonas, as escolas do campo, quilombolas e indígenas, na maioria das vezes, estão situadas distantes das sedes das cidades, situação que se agrava com a dinâmica ambiental (vazante e enchente) dos rios da região, que tem impacto direto na vida dos povos da Amazônia.

O difícil acesso à comunidade do Tambor, principalmente na época da seca (vazante), aliado ao descaso do poder público para com o ensino nessa escola, tem se constituindo como um verdadeiro desafio para os professores que atuam na escola da comunidade, como demonstra a narrativa a seguir:

[...] é desafiador trabalhar aqui, precisa assim de mais materiais, materiais assim específicos pra trabalhar com eles, com o..., não só dentro de sala de aula, mas sim fora, como esportes, materiais de bola, de rede, de, de muitas outras coisas. Precisa ocupar mais o tempo deles e variar as atividades, porque, porque tem assuntos que a gente não, não domina, assim porque os quilombolas..., eles têm uma coisa assim diferente das pessoas que não são quilombolas, eles têm a vontade de aprender, mas tem também aquela questão de que têm pescar, caçar, arrancar mandioca e fazer farinha (P1 em entrevista, 2020).

Diante dos fatos expostos, podemos perceber o quão importante é a presença do poder público por meio da equipe da Secretaria Municipal de Educação na escola do quilombo do Tambor, para que tenham real noção dos problemas e das dificuldades enfrentados tanto pelos professores e quanto pelos alunos dessa localidade. Uma sugestão apresentada pelo entrevistado P2 foi o calendário especial diferenciado, vejamos:

Eu acho que é preciso que haja uma preocupação maior pela formação, né? de professores voltado pra essa cultura né? pessoas que ... é ... se tivesse a gente assim ..., tivesse na universidade né? formação de ensino superior pra escola, voltado pra descendente, afro descendentes né? então por aí, como existe a questão indígena, eu acredito também que se houvesse professores formados pra área de quilombolas, com formação nas universidades, seria mais possível diminuir as dificuldades dos alunos que moram nessas áreas (P2 entrevista em 2020).

Outro desafio enfrentado pelo trabalho docente na comunidade do Tambor é a ausência de formação específica e oferta de formação continuada aos professores da comunidade. Por ser uma comunidade distante e de difícil acesso, muitos profissionais se recusam a trabalhar no quilombo do Tambor, fazendo com que a secretaria municipal de Educação de Novo Airão acabe tendo dificuldades em contratar professores qualificados para atuar na escola.

Tenho o Ensino Médio, só que eu não conseguia trabalho aqui na cidade, aí teve a oportunidade e eu fui pro Tambor... trabalhar lá é desafiador, mas é bom porque é assuntos que a gente não, não domina, assim porque os quilombolas eles têm uma coisa assim diferente das pessoas que não são quilombolas, eles apresentam resistência, eles apresentam... é ... uma força, assim, tanto de aprender como se desenvolver (P2 em entrevista 2020).

Analisando a fala do entrevistado, fica evidente que professores com baixa formação não têm oportunidade de emprego na cidade. Fato que tem levado alguns profissionais a aceitarem a oferta de trabalho da Secretaria Municipal de Educação em escolas de áreas rurais. Assim, percebemos o descaso com as escolas do campo, nas quais se encontram as escolas quilombolas, em que professores com baixa formação são destinados a educar os filhos da classe trabalhadora.

Embora o poder público disponibilize algumas políticas públicas de formação de professores como o Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), os cursos de Pedagogia da Terra do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), integrado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), ambos vinculados ao Ministério da Educação, nem sempre têm dado conta das demandas das escolas na região amazônica e nem sempre têm chegado aos professores dos quilombos.

Ela, eles não faz com a gente formações específicas pros professor lá da escola dos quilombola, assim é, é, mostrando como a gente pode trabalhar e desenvolver o trabalho com o aluno quilombola. Nós faz junto com os professor da cidade, aí nós acompanha o currículo da escola de Novo Airão (P1, entrevista em 2020).

Diante do exposto, é notório que os cursos de formação continuada específicos para professores que atuam em comunidades quilombolas ainda são bastante escassos, quando estes deveriam ser oferecidos pela Secretaria de Educação local. Assim,

A gente participa com os professores daqui da sede, com os professores formadores, no caso o pedagogo né? da secretaria de educação juntamente com, com, com os outros coordenadores, mas toda vez que nós, antes de nós viajar, nós tem aí um, uma formação continuada né? mas não, não é específica para comunidades quilombolas, ela é junto com todo o pessoal que compõe o município, dos professores do município com os professores da zona do campo, e aí ele não restringe, basicamente isso né? (P3 em entrevista, 2020).

Analisando o PME de Novo Airão, sobretudo as metas 15 e 17 que dispõem sobre a formação de professores, não encontramos nenhuma informação que fizesse referência específica aos professores das escolas do campo na sua diversidade (indígenas, quilombolas, ribeirinhas etc).

A ausência dessa formação a esses profissionais acaba contribuindo para uma maior dificuldade em relacionar o currículo escolar com as vivências e os saberes constituídos nos quilombos. Nesse contexto, a formação continuada torna-se imprescindível e tem se tornando uma luta política dos professores por políticas de formação, isso porque cursos de Pedagogia da Terra, de Formação de Professores do Campo, Indígenas, e Quilombolas politizam essas políticas ao vinculá-las a lutas políticas afirmativas desses povos e outro projeto de campo, que os humaniza e contrapõem-se à lógica do capital (ARROYO, 2012a).

Com isso, fica evidente que muitas são as questões que têm causado inquietação no que se refere à educação escolar quilombola, seja pela questão de infraestrutura precarizadas das escolas, pelas condições de trabalho docente e pela escassa formação continuada, como política pública afirmativa votada para essa realidade.

Todas essas questões trazem implicações para o trabalho docente na escola quilombola, pois quando os professores foram questionados sobre o que significa para eles trabalhar numa escola de quilombo, obtivemos relatos que passam pelos desafios, mas também que chamam para importância dessa escola nesse território.

É desafiador, mas é bom porque é assuntos que a gente não, não domina, assim né? porque os quilombolas eles têm uma coisa, assim, diferente das pessoas que não são quilombolas. Eles apresentam resistência que, às vezes, a gente num sabe como fazer com eles né? assim a cultura deles, que, às vezes, eles apresentam, é uma força assim, uma resistência tanto de aprender como de se desenvolver na escola, mas assim do jeito deles né (P1, entrevista 2020).

Por isso, é tão importante à presença do poder público no quilombo do Tambor, assim como a promoção de formação continuada dos professores que atua nas comunidades do parque nacional do Jaú e, provavelmente, na ausência dessa formação, na ausência de políticas públicas afirmativas além de investimentos na estrutura física por parte do poder público, esteja uma das respostas para a grande deficiência na qualidade do ensino de crianças, jovens e adultos quilombolas e a razão por eles chegarem às escolas do município de Novo Airão com tantas dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procuramos refletir sobre a Educação Escolar Quilombola e o trabalho docente no Quilombo do Tambor/Novo Airão/Amazonas. Os resultados da pesquisa revelam que a proposta pedagógica da escola Municipal do Tambor não é oficialmente quilombola, pois seguem a estrutura curricular das escolas urbanas do município de Novo Airão.

No que se refere ao espaço físico, a escola do quilombo do Tambor não dispõe de uma estrutura adequada e nem recursos tecnológicos. O distanciamento geográfico da escola da comunidade em relação ao município sede foi apontado pelos professores como um dos maiores desafios do trabalho docente, pois o trajeto até ao quilombo do Tambor dura em média três ou quatro dias, o que também influencia a contratação dos professores.

No que diz respeito à educação e ao trabalho docente, constatamos que não são ofertados pelo poder público do município de Novo Airão cursos de formação continuada específicos para os profissionais que atuam na escola Municipal do Jaú Tambor. A formação ofertada pela Secretaria Municipal de Educação é a mesma que os professores do município sede recebem, não havendo um curso específico sobre educação quilombola. Constatamos também que os professores que atuam na do Quilombo do Tambor possuem baixa formação acadêmica, o que implica diretamente no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento do trabalho docente. Dessa forma, acreditamos que os desafios da formação de docentes que atuam em escolas quilombolas na região amazônica poderiam ser sanados com a criação de cursos de Licenciatura de Educação Campo ou mais especificamente de Educação Quilombola, por meio de políticas de acesso e de permanência dos sujeitos quilombolas nas universidades.

Os resultados do estudo apontam de forma geral que a educação no contexto da comunidade do Jaú Tambor caracteriza-se como um desafio que requer uma maior atenção das políticas educacionais, sobretudo na construção de um ensino de rompa com a visão urbanocêntrica, que não valoriza a cultura, a ancestralidade e a cosmologia quilombola.

Assim, consideramos ser emergente a oferta de uma educação que respeite as identidades étnico-cultural e os saberes quilombolas na região amazônica, levando em consideração as singularidades e a relação direta que esses grupos sociais mantêm com as águas, a terra e a floresta, assim como com suas ancestralidades.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In: Oliveira, Ariovaldo Umbelino de; Marques, Marta Inez M. (orgs.). **O campo no século XXI**. Território de vida, de luta e de construção social da justiça social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p.163-179
2. ARROYO, Miguel Gonzales. Formação de Educadores do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012a.
3. ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b.
4. ARRUTI, José Maurício. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017.
5. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

6. BRASIL. **CNE/CP Resolução 1/2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.
7. BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.
8. BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola**. Parecer CNE/CEB no.16/2012. Brasília/DF: CNE, 2012.
9. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.
10. CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22 n. 69 abr.-jun. 2017.
11. Conferência Nacional de Educação (CONAE). **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação**: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010.
12. DIAS, Tatiana Silva. **Educação escolar quilombola no censo da educação**. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2015. p. 13 e 21.
13. FARIAS JÚNIO, Emmanuel de Almeida. Do Rio dos Pretos ao Quilombo do Tambor. **Revista EDUCAMAZÔNIA: Educação Sociedade e Meio Ambiente**, Humaitá, LAPESAM, GISREA/UFAM/CNPq/EDUA, ano 3, vol. 1, 2010, p. 147-165.
14. FERREIRA, Simone Raquel Batista. Quilombola. In: CALDART, Roseli Salete et al (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
15. GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
16. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades e Estados. Novo Airão, 2020.
17. MIRANDA, Shirley Aparecida de. Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais: entre urgências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, v. 7, n. 50, p. 369-498, 2012.
18. MONTEIRO, Elaine; REIS, Maria Clareth Gonçalves. Patrimônio Afro-Brasileiro no Contexto da Educação Escolar Quilombola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, 2019.
19. FASCÍCULO 15 – **Projeto Nova Cartógrafa Social da Amazônia Série**: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Quilombolas do Tambor, Parque Nacional do Jaú Novo Airão, Amazonas Manaus, 2007.
20. SANTOS, Ramofly Bicalho dos; SILVA, Marizete Andrade da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016.
21. SILVA, Givânia Maria da. **Educação como processo de luta política**: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas. 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2012.
22. SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no quilombo Cafundó – SP – Brasil. **Rev. NERA Presidente Prudente** v. 23, n. 55, pp. 91-110 Set.-Dez./2020.
23. WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y (de) colonialidad**: ensayos desde Abya Yala. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2012.